

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

QUESTÃO 1

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- Cláudia é proprietária de um estabelecimento comercial e vendeu determinado produto a Vera, que emitiu para pagamento um cheque oriundo de uma conta-corrente conjunta, da qual ela e seu marido são titulares. Em razão de inadimplemento, Cláudia pretende protestar o cheque contra os dois titulares da conta.
- Bianca recebeu uma letra de câmbio que ainda não obteve o aceite em determinada transação comercial.
- Rose é possuidora de um cheque que foi emitido por uma sociedade empresarial cujo pedido de recuperação judicial foi deferido.

Nessas situações, com base no Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Aplicado aos Serviços Notariais e de Registro, é viável o protesto de título de crédito por

- A Cláudia, Bianca e Rose.
- B Cláudia e Bianca.
- C Cláudia e Rose.
- D Bianca, somente.
- E Rose, somente.

QUESTÃO 2

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a competência para aplicar penalidade de perda de delegação de notário em decorrência do cometimento de infração é do

- A tribunal pleno do TJDFT.
- B conselho especial do TJDFT.
- C presidente do TJDFT.
- D vice-presidente do TJDFT.
- E corregedor da justiça do TJDFT.

QUESTÃO 3

A um empregado do serviço notarial e de registro que pratique conduta prevista como infração disciplinar considerada falta leve, nos termos da Lei n.º 11.697/2008, poderá ser aplicada eventual sanção pelo

- A juiz da vara da fazenda pública.
- B vice-presidente do TJDFT.
- C juiz da vara de precatórios.
- D presidente do TJDFT.
- E corregedor da justiça.

QUESTÃO 4

De acordo com o Decreto-lei n.º 115/1967, um serventuário da justiça que for reincidente na exigência de qualquer vantagem pecuniária indevida, além das previstas nas tabelas da citada legislação, estará sujeito à

- A repreensão.
- B advertência verbal.
- C detenção de seis meses até dois anos.
- D suspensão de noventa dias.
- E suspensão de sessenta dias.

QUESTÃO 5

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, para a alienação de um bem imóvel do Distrito Federal,

- A deverá ser observada a legislação pertinente à licitação, exceto no caso de aquisição por permuta.
- B deverá ser observada a prévia avaliação da Câmara Legislativa, sendo, porém, dispensada a autorização desse órgão.
- C poderá ser dispensada a prévia avaliação da Câmara Legislativa, mas será necessária a autorização desse órgão.
- D deverá ser observada a legislação pertinente à licitação, assim como acontece na aquisição por compra.
- E poderá ser dispensada a existência do interesse público, por ser a alienação mero ato de gestão.

QUESTÃO 6

Foi constituída determinada sociedade, que definiu como uma de suas finalidades a atividade de advocacia. Seus sócios pretendem registrá-la no cartório de registro civil de pessoas jurídicas.

Nessa situação, é correto afirmar, à luz da Lei n.º 8.906/1994, que o registro dessa sociedade

- A somente seria possível se houvesse a anuência da Ordem dos Advogados do Brasil.
- B seria possível, a depender do capital social, conforme legislação específica.
- C não seria possível, em razão do fato de ela incluir, entre suas finalidades, a atividade de advocacia.
- D somente seria possível se a atividade de advocacia fosse a sua única finalidade.
- E seria possível se essa fosse uma sociedade individual de advocacia, sem outras finalidades.

QUESTÃO 7

Foi aprovado pelo órgão competente determinado projeto de loteamento a ser executado em área situada em mais de uma circunscrição imobiliária. Nessa situação, à luz da Lei n.º 6.766/1979, quanto ao registro imobiliário,

- A** o indeferimento do registro do loteamento em uma das circunscrições implicará automaticamente o cancelamento de todos os demais registros.
- B** se o loteador tiver antecedentes criminais por ter cometido homicídio, não será possível o registro do loteamento.
- C** o pedido de registro imobiliário deverá ser realizado simultaneamente em todas as circunscrições envolvidas no loteamento.
- D** na área loteada, nenhum lote poderá estar localizado em mais de uma circunscrição envolvida.
- E** após essa aprovação já ocorrida, o loteador terá o prazo de um ano para submeter o projeto ao registro imobiliário.

QUESTÃO 8

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), constitui crime de responsabilidade ato do presidente da República que atente contra a CF e contra

- I o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais das unidades da Federação.
- II o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
- III o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- IV a segurança interna do Brasil.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 9

É fundamento da República Federativa do Brasil

- A** a dignidade da pessoa humana.
- B** o desenvolvimento nacional.
- C** a independência nacional.
- D** a erradicação da pobreza.
- E** a solidariedade.

QUESTÃO 10

Com relação à garantia constitucional de tratamento igualitário sem distinção de qualquer natureza, a CF estabelece que

- A** homens e mulheres sejam iguais em direitos, ressalvadas hipóteses de vulnerabilidade da mulher quanto às obrigações.
- B** votos de analfabetos são facultativos e, em razão da condição particular desse grupo, não têm o mesmo caráter de sigilo dos votos dos demais cidadãos.
- C** a igualdade perante a lei seja garantida aos estrangeiros residentes no Brasil, desde que naturalizados, e aos brasileiros.
- D** haja igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso.
- E** sejam assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos todos os direitos previstos para os trabalhadores urbanos e rurais.

QUESTÃO 11

A CF assegura aos cidadãos, independentemente do pagamento de taxas, da comprovação de estado de pobreza ou de insuficiência de recurso,

- A** a certidão de casamento.
- B** a obtenção de certidões em repartições públicas.
- C** a assistência jurídica integral.
- D** a certidão de óbito.
- E** a criação e a dissolução de associações.

QUESTÃO 12

Ao definir a organização político-administrativa do Estado brasileiro, o constituinte determinou que o Distrito Federal

- A** deve ser regido por sua Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios da CF.
- B** é competente para organizar e manter sua polícia civil, sua polícia militar e seu corpo de bombeiros militar.
- C** acumula as competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios.
- D** é competente para explorar diretamente serviços e instalações de energia elétrica.
- E** é competente para legislar sobre a organização administrativa do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

QUESTÃO 13

Considerando as disposições da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir, a respeito de processo administrativo.

- I O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, não podendo ser feita pelo órgão administrativo a autenticação de documentos exigidos em cópia.
- II Caso interessado desista de pedido formulado em processo administrativo, a administração deverá automaticamente extinguir o referido processo e determinar o seu arquivamento.
- III Procedimento administrativo em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência física tem prioridade na tramitação em qualquer órgão ou instância.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 14

Na hipótese de um ente federado pretender instituir uma fundação pública de direito público, a criação dessa entidade deverá ser formalizada por meio de

- A** lei ordinária, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- B** lei complementar, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
- C** autorização em lei ordinária específica, cabendo a decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- D** autorização em lei ordinária específica, cabendo a lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- E** autorização em lei complementar específica, cabendo a lei ordinária definir as áreas de sua atuação.

QUESTÃO 15

Constatada inexecução total ou parcial de um contrato administrativo, a administração pública poderá aplicar ao contratado a sanção de

- A** advertência, independentemente da apresentação de prévia defesa.
- B** multa, cujo valor poderá ser superior ao valor da garantia contratual prestada.
- C** suspensão temporária de participação em licitação, por prazo de até cinco anos.
- D** impedimento de celebrar contratos com a administração, que deve ser determinado exclusivamente por ministro de Estado ou secretário estadual ou municipal.
- E** declaração de inidoneidade para licitar ou celebrar contratos com a administração pública, o que veda a reabilitação do inadimplente.

QUESTÃO 16

Determinado município pretende formalizar parceria com uma organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recurso financeiro.

Nessa situação, o instrumento a ser firmado entre as partes deverá ser o

- A** contrato de gestão.
- B** termo de parceria.
- C** termo de colaboração.
- D** acordo de cooperação.
- E** chamamento público.

QUESTÃO 17

No âmbito da atuação pública, faz-se necessário que a administração pública mantenha os atos administrativos, ainda que estes sejam qualificados como antijurídicos, quando verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. A interrupção dessa expectativa violará o princípio da

- A** legalidade.
- B** confiança.
- C** finalidade.
- D** continuidade.
- E** presunção de legitimidade.

QUESTÃO 18

Após fiscalização da execução de contrato de concessão de serviço público, a administração pública constatou que o serviço estava sendo prestado de forma inadequada. Ato contínuo, a administração extinguiu o contrato, por meio de portaria do poder cedente, sob o fundamento de caducidade.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o ato administrativo que declarou a caducidade encontra-se eivado de vício quanto

- A** ao objeto.
- B** à forma.
- C** ao motivo.
- D** à finalidade.
- E** à competência.

QUESTÃO 19

No caso de ser extinta delegação a notário ou a oficial de registro, a autoridade competente deverá declarar vago o respectivo serviço, designar o substituto mais antigo para responder pelo expediente e abrir concurso. Nesse caso, segundo entendimento do STF, os substitutos interinos das serventias extrajudiciais

- A** deverão submeter-se ao teto remuneratório constitucional, porque o interino não atua como delegado do serviço notarial e de registro, mas como preposto do poder público.
- B** deverão submeter-se ao teto remuneratório constitucional, porque as receitas auferidas pela serventia, permanentes ou interinas são públicas e decorrem do caráter público dos serviços prestados.
- C** não deverão se submeter ao teto remuneratório constitucional, porque as categorias de agentes delegados, permanentes ou interinos são particulares em colaboração com a administração pública.
- D** não deverão se submeter ao teto remuneratório constitucional, porque os serviços prestados pelas serventias extrajudiciais são remunerados pelos particulares.
- E** não deverão se submeter ao teto remuneratório constitucional, porque não é possível transpor a categoria de particulares em colaboração com o poder público para a de agentes públicos.

QUESTÃO 20

Custas judiciais e emolumentos auferidos por titulares de cartórios possuem natureza

- A** tributária, e o serviço notarial é exercido em caráter privado.
- B** tributária, e o serviço notarial é exercido em caráter público.
- C** não tributária, e o serviço notarial consiste em atividade pública não essencial.
- D** não tributária, e o serviço notarial é exercido em caráter privado.
- E** não tributária, e o serviço notarial consiste em atividade pública essencial.

QUESTÃO 21

No caso de um titular de ofício de notas que possua inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica não ser remunerado pelo erário e ter renda decorrente de emolumentos e custas, incidirá sobre essa renda o imposto de renda sobre pessoa

- A** jurídica, mediante recolhimento mensal obrigatório.
- B** jurídica, mediante recolhimento anual.
- C** jurídica, mediante retenção na fonte.
- D** física, mediante recolhimento mensal obrigatório.
- E** física, mediante recolhimento anual.

QUESTÃO 22

Um cartório de notas, ao registrar uma partilha extrajudicial de dissolução de sociedade conjugal de patrimônio, constatou a existência de excesso de meação na partilha de imóveis, de modo que uma parte do excesso havia sido compensada com a transferência de valores monetários durante a partilha, e a outra parte do excesso havia sido concedida sem qualquer contrapartida a título gratuito.

Nessa situação hipotética,

- A o ITBI incide tanto na parte do excesso relativa à compensação quanto na parte do excesso relativa à concessão a título gratuito.
- B o ITCMD incide tanto na parte do excesso relativa à compensação quanto na parte do excesso relativa à concessão a título gratuito.
- C não incide tributo em nenhuma das partes do excesso.
- D o ITBI incide na parte do excesso relativa à compensação, e o ITCMD incide na parte do excesso relativa à concessão a título gratuito.
- E o ITCMD incide na parte do excesso relativa à compensação, e o ITBI incide na parte do excesso relativa à concessão a título gratuito.

QUESTÃO 23

Um diplomata holandês regularmente acreditado no Brasil adquiriu imóvel no Distrito Federal para residência pessoal.

Nesse caso, havendo reciprocidade de tratamento ao governo brasileiro,

- A é devido o ITBI, pois a lei distrital pertinente só exime desse tributo Estados estrangeiros, mas há isenção do IPTU.
- B há isenção do ITBI e do IPTU por previsão nas leis distritais pertinentes.
- C há isenção do ITBI por previsão na lei distrital pertinente, mas não há isenção do pagamento do IPTU.
- D o diplomata está imune ao pagamento do ITBI e do IPTU por força constitucional.
- E são devidos o ITBI e o IPTU.

QUESTÃO 24

Um agricultor rural possui somente duas propriedades — dois imóveis rurais situados no Distrito Federal, um de 10 hectares e outro de 19 hectares. As duas propriedades são exploradas apenas por esse agricultor.

Nessa situação hipotética, quanto ao ITR, o agricultor é

- A obrigado a pagar o referido imposto por previsão legal.
- B isento do pagamento do referido imposto, salvo se contar com a ajuda eventual de terceiros.
- C isento do pagamento do referido imposto, mesmo que conte com a ajuda eventual de terceiros.
- D imune ao pagamento do referido imposto em relação às duas propriedades, pois os imóveis constituem pequena gleba rural.
- E imune ao pagamento do referido imposto apenas em relação à propriedade de 10 hectares.

QUESTÃO 25

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são isentos(as) de contribuições para a seguridade social os(as)

- A partidos políticos que tenham registro regular no Tribunal Superior Eleitoral.
- B sindicatos de trabalhadores.
- C instituições de educação e ensino devidamente registradas no Ministério da Educação.
- D templos de qualquer culto e as confederações religiosas.
- E entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

QUESTÃO 26

A adoção de pessoas maiores de dezoito anos de idade deverá ser realizada, necessariamente,

- A por ato extrajudicial, mediante registro em registro público, sem necessidade de consentimento dos pais biológicos, ainda que estes sejam conhecidos.
- B por ato extrajudicial, mediante averbação em registro público, sem necessidade de consentimento dos pais biológicos, ainda que estes sejam conhecidos.
- C por sentença judicial, não sendo admissível a adoção por ato extrajudicial.
- D por ato extrajudicial, mediante registro em registro público, se houver consentimento dos pais biológicos, caso estes sejam conhecidos.
- E tanto por sentença judicial como por ato extrajudicial, mediante escritura em registro público, se houver consentimento dos pais biológicos, caso estes sejam conhecidos.

QUESTÃO 27

Helena obrigou-se, a título gratuito, mediante contrato que exige escritura pública para ter validade, ao pagamento, pelo período determinado de um ano, de uma prestação mensal a Ana.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a denominação do contrato celebrado entre Helena e Ana.

- A contrato de constituição de renda
- B contrato de agência e distribuição
- C contrato de depósito necessário
- D contrato de doação
- E contrato estimatório

QUESTÃO 28

Passado um ano da arrecadação de bens de ausente com menos de oitenta anos de idade, um interessado requereu a abertura de sucessão definitiva.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no Código Civil, esse pedido deverá ser

- A indeferido, porque a hipótese apresentada constitui caso de abertura de sucessão provisória.
- B indeferido, porque a abertura de sucessão definitiva só deve ocorrer dez anos após a arrecadação de bens do ausente.
- C deferido, procedendo-se imediatamente à abertura do inventário.
- D deferido, mas a sentença só produzirá efeitos cento e oitenta dias após seu trânsito em julgado.
- E deferido, devendo o interessado requerer a abertura do inventário em até trinta dias após o trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 29

Conforme as disposições sobre provas constantes no Código Civil, o instrumento particular assinado por quem esteja em livre disposição e administração de seus próprios bens

- A** não prova obrigações convencionais; logo, não ocorrem efeitos em relação a terceiros.
- B** prova obrigações convencionais e é condição suficiente para a ocorrência de efeitos em relação a terceiros.
- C** prova obrigações convencionais, mas eventuais efeitos em relação a terceiros ocorrerão somente após registro em registro público.
- D** não prova obrigações convencionais, pois tal efeito depende da efetivação do assento em registro público.
- E** prova obrigações convencionais, mas essa prova não pode ser suprida por outra de caráter legal.

QUESTÃO 30

Em um contrato de compra e venda de imóvel mediante pagamento em prestações, foi estabelecida cláusula de perda total das prestações pagas em favor do vendedor no caso de, em razão do inadimplemento do comprador, o vendedor pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto negociado.

Considerando-se essa situação hipotética e as disposições do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que a referida cláusula

- A** invalida totalmente o contrato, por ser abusiva.
- B** é nula de pleno direito, por ser abusiva.
- C** é válida, pois tem como objeto a proteção do vendedor.
- D** poderá ser anulada caso seja comprovada má-fé do vendedor.
- E** é válida, porque não se trata de hipótese de abusividade contratual.

QUESTÃO 31

De acordo com as disposições do Estatuto do Idoso em relação aos procedimentos na administração pública, é assegurada a prioridade de atendimento somente às pessoas com idade a partir de

- A** sessenta e cinco anos, não havendo qualquer prioridade especial.
- B** sessenta anos, não havendo qualquer prioridade especial.
- C** sessenta e cinco anos, havendo prioridade especial aos maiores de oitenta anos.
- D** setenta anos, não havendo qualquer prioridade especial.
- E** sessenta anos, havendo prioridade especial aos maiores de oitenta anos.

QUESTÃO 32

À luz do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que o acolhimento familiar é uma medida de proteção

- A** irrevogável, utilizada como medida para posterior colocação em família substituta.
- B** provisória e excepcional, utilizada como forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta.
- C** irrevogável e excepcional, que atribui à criança acolhida a condição de filho.
- D** irrevogável, que atribui à criança acolhida a condição de dependente.
- E** provisória, utilizada como forma de adaptação da criança à família para posterior adoção.

QUESTÃO 33

Um casamento entre duas pessoas legalmente habilitadas foi devidamente levado a registro por celebrante que, embora não possuísse a competência exigida na lei, exercia publicamente a função de juiz de casamento.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil, esse casamento é considerado

- A** válido.
- B** inexistente.
- C** ineficaz.
- D** nulo.
- E** anulável.

QUESTÃO 34

Servidor público de determinado estado da Federação, pelo fato de não receber diversas gratificações a que tinha direito, propôs, com a assistência de advogado, ação de cobrança em desfavor do respectivo estado. No entanto, a pretensão do autor tem como obstáculo súmula do tribunal de justiça local, contrária aos fundamentos que o servidor apresentou em sua demanda.

Nessa situação hipotética, o magistrado, com fundamento na referida súmula, deixará de realizar a fase instrutória do processo e

- A** promoverá a citação do réu para que compareça à audiência de conciliação ou mediação.
- B** julgará liminarmente improcedente o pedido com base na súmula do tribunal, sendo dispensada a citação do réu.
- C** extinguirá o feito em razão da súmula do tribunal, sendo dispensada a citação do réu.
- D** promoverá a citação do réu e, em seguida, julgará improcedente o pedido com base na súmula do tribunal.
- E** intimará a parte autora a fim de que emende a inicial em razão da incompatibilidade do pedido com a súmula do tribunal.

QUESTÃO 35

A respeito de pressupostos processuais subjetivos, assinale a opção correta.

- A** Em regra, pessoas físicas e jurídicas possuem capacidade de serem partes em processo, mas não as pessoas formais, tais como a massa falida, o condomínio edilício e o espólio, por serem entes despersonalizados.
- B** As pessoas incapazes de modo absoluto e aquelas que o sejam de modo relativo não possuem capacidade para estar em juízo, razão pela qual precisam ser, respectivamente, assistidas e representadas.
- C** Embora o advogado possua capacidade postulatória plena, a parte poderá atuar nos autos sem advogado em casos como nos juizados especiais cíveis em causas de primeira instância cujo valor seja de até vinte salários mínimos.
- D** Os magistrados podem ter duas extensões de parcialidade: a suspeição, que é fruto de uma presunção absoluta; e o impedimento, que decorre de uma presunção relativa.
- E** No processo, o dever de imparcialidade é do juiz, assim, não se aplicam aos auxiliares da justiça as hipóteses legais de impedimento e de suspeição.

QUESTÃO 36

Acerca de atos processuais, assinale a opção correta.

- A** Embora o processo seja regido pelo princípio da instrumentalidade das formas, não é viável que depoimentos de testemunhas colhidos em audiência sejam registrados somente em sistema de gravação de áudio ou de vídeo, pois, para serem formalizados, devem ser devidamente transcritos.
- B** É vedado o lançamento de cotas marginais e interlineares nos autos, e o descumprimento dessa determinação incorrerá na sujeição do infrator à aplicação de multa pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça no importe de um a dois salários mínimos.
- C** De acordo com o Código de Processo Civil, o curso dos prazos processuais é suspenso entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro; no entanto, juízes, promotores, defensores, procuradores federais e auxiliares da justiça exercerão atividades normalmente durante o referido período.
- D** Durante o período de férias forenses aplicáveis aos tribunais superiores, suspende-se a prática de atos processuais, paralisando-se até mesmo os procedimentos de jurisdição voluntária e os processos de nomeação ou remoção de tutor ou curador.
- E** Segundo o Código de Processo Civil, mesmo na hipótese de o juiz e as partes criarem um calendário processual, é essencial que haja a intimação das partes em relação aos atos processuais a serem realizados.

QUESTÃO 37

Um estudante de 28 anos de idade do oitavo semestre do curso de direito, foi aprovado em concurso público para o cargo de analista de tribunal superior. Poucos meses depois da aprovação, o concurso foi homologado, e o estudante foi chamado para dar início aos trâmites para sua nomeação e posse. No entanto, por não ter ainda concluído o curso de direito, o universitário ficou impedido de ser nomeado, pois o edital do concurso exigia bacharelado em direito como requisito de investidura no cargo. Com receio de perder a oportunidade, o rapaz procurou um advogado para obter medida liminar que lhe resguardasse o direito de manter sua vaga até a conclusão do curso superior.

Nessa situação hipotética, segundo a legislação vigente, o advogado do estudante poderá

- A** requerer tutela antecipada em caráter antecedente que, após estabilizada, poderá ser desconstituída por meio de ação autônoma, que deverá ser ajuizada no prazo de trinta dias a contar da ciência da decisão que tiver extinguido o processo.
- B** requerer tutela provisória cautelar, visto que restam configurados os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*.
- C** ajuizar ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela provisória cautelar.
- D** requerer tutela antecipada em caráter antecedente, a qual, não sendo impugnada ou recorrida, passará a ser estável no mundo jurídico.
- E** impetrar mandado de segurança diretamente no STJ.

QUESTÃO 38

Um cidadão ajuizou ação de cobrança em desfavor do município no qual reside. Após o regular trâmite processual, o pedido foi julgado procedente e o município foi condenado ao pagamento de quinze salários mínimos. Como não houve recurso, a sentença transitou em julgado. Porém, em razão do não cumprimento do disposto em sentença pelo município, o advogado do autor apresentou petição de cumprimento de sentença.

Uma vez que a petição apresentada está regular, o juiz, à luz do disposto no Código de Processo Civil, deverá determinar

- A** a intimação da procuradoria do município para que apresente impugnação no prazo de trinta dias.
- B** a citação da procuradoria do município para que, no prazo de trinta dias, promova o pagamento do valor da condenação ou apresente embargos, sob pena de penhora de bens.
- C** a intimação da procuradoria para que, no prazo de quinze dias, promova o pagamento do valor da condenação, sob pena de incidência de multa diária de 2%.
- D** a intimação do chefe do executivo do município para que pague o valor da condenação ou demonstre, no prazo de trinta dias, a inclusão desse valor no orçamento municipal do ano seguinte.
- E** a expedição de ordem de pagamento no valor integral da condenação, acrescido de multa no percentual de 15% sobre o valor da condenação.

QUESTÃO 39

Acerca da audiência de instrução e julgamento e do direito à produção de provas no curso desse ato processual, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o Código de Processo Civil, as partes são impedidas de fazer perguntas diretamente às testemunhas, bem como de dirigir-lhes questionamentos que induzam as respostas ou tratem de fatos diversos do processo.
- B** O não comparecimento injustificado do advogado de qualquer das partes na audiência de instrução e julgamento não implicará a revelia para o réu nem a extinção do processo para o autor; porém, o juiz poderá dispensar a produção de provas requeridas pela parte cujo advogado estiver ausente.
- C** Ao réu cabe comprovar fatos constitutivos de seu direito subjetivo; ao autor caberá provar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito discutido na demanda.
- D** A arguição de falsidade documental, por não ter natureza meritória, será resolvida necessariamente como questão incidental, sendo vedado às partes requerer que o juiz decida esse ponto como questão principal.
- E** O juiz poderá proferir a sentença em audiência ou posteriormente, atendendo ao prazo de trinta dias úteis previsto no Código de Processo Civil, fator esse que deve ser observado pelo Judiciário por se tratar de prazo próprio expresso no referido código.

QUESTÃO 40

De acordo com a legislação processual civilista, há dois tipos de procedimentos especiais: os de jurisdição contenciosa, que dizem respeito à solução de litígios, e os de jurisdição voluntária, que se referem à administração judicial de interesses privados não litigiosos. A propósito desse assunto, assinale a opção correta.

- A Na via extrajudicial, é admitida a consignação em pagamento em pecúnia ou em objeto diferente de dinheiro.
- B Os embargos de terceiro poderão ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença, mas não são oponíveis no cumprimento de sentença nem na execução.
- C Nas ações de usucapião, o Ministério Público deverá ser intimado para se manifestar, sob pena de nulidade dos atos processuais subsequentes.
- D De acordo com o STJ, assim como ocorre para cheque prescrito, admite-se a ação monitória para duplicata sem aceite, sem protesto ou sem comprovante de entrega de mercadoria.
- E São processadas e julgadas pelo procedimento especial previsto no Código de Processo Civil as ações de família, sejam elas contenciosas ou voluntárias.

QUESTÃO 41

Júlio, fiador de Vicente no contrato de aluguel de um imóvel, em certo dia recebeu citação por estar sendo demandado em processo referente ao bem resguardado pela fiança. Ao perceber que Vicente, como devedor principal não compunha o polo passivo da ação, Júlio procurou um advogado para incluir Vicente na demanda.

Nesse caso, o procurador de Júlio deverá fazer um pedido de

- A denúncia da lide.
- B assistência simples.
- C assistência litisconsorcial.
- D chamamento ao processo.
- E *amicus curiae*.

QUESTÃO 42

Um empresário decidiu investir parte de seu patrimônio na construção de um edifício em terreno de sua propriedade, no município onde reside. Como o terreno está localizado ao lado de um imóvel considerado patrimônio histórico, o empresário solicitou autorização do órgão competente para dar início à execução de seu projeto. Com resposta favorável, o empresário foi autorizado a dar início à construção do prédio. Porém, os laudos de peritos técnicos indicaram que a construção causará danos estruturais ao imóvel considerado patrimônio histórico.

Nesse caso, a anulação da autorização previamente concedida deverá ser pleiteada por intermédio de

- A ação popular de iniciativa exclusiva do Ministério Público.
- B ação civil pública, que poderá ser proposta por qualquer cidadão.
- C mandado de segurança, que deverá ser impetrado pelo Ministério Público.
- D mandado de segurança, que poderá ser impetrado por qualquer cidadão.
- E ação popular de iniciativa de qualquer cidadão.

QUESTÃO 43

Acerca de classificação de crimes, julgue os itens a seguir.

- I Os crimes de empreendimento exigem a participação de mais de três pessoas, com liame subjetivo, associadas para o cometimento do ilícito.
- II Os crimes unissubsistentes não admitem tentativa, haja vista não ser possível o fracionamento da conduta em atos.
- III O ordenamento brasileiro não prevê punição para delitos multivitimários em razão dos princípios da lesividade e da alteridade, já que esses crimes ocorrem contra vítimas difusas, destituídas de personalidade jurídica.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 44

A respeito de institutos penais previstos no ordenamento brasileiro, julgue os itens seguintes.

- I A reparação do dano ou a restituição da coisa, por ato voluntário, até o recebimento da denúncia ou da queixa configura o arrependimento eficaz e permite a redução da pena de um a dois terços.
- II Não se admite o arrependimento eficaz após a consumação do delito, de modo que o agente não será beneficiado com a causa de exclusão de tipicidade.
- III Há desistência voluntária quando o agente promove uma nova atitude, diversa da que originou o ato criminoso iniciado, para obstar a produção do resultado, de forma que só responderá penalmente se o resultado se confirmar.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 45

Aplicado no direito penal brasileiro, o princípio da alteridade

- A determina que o juiz analise as especificidades do fato e do autor do fato durante o processo dosimétrico.
- B assevera que a pena não passará da pessoa do condenado.
- C afasta a tipicidade material de fatos criminosos, ao definir que não haverá crime sem ofensa significativa ao bem tutelado.
- D reconhece que o direito penal deve abarcar o máximo de bens possíveis para promover a paz.
- E assinala que, para haver crime, a conduta humana deve colocar em risco ou lesar bens de terceiros, e é proibida a incriminação de atitudes que não excedam o âmbito do próprio autor.

QUESTÃO 46

A respeito de características do direito penal, assinale a opção correta.

- A** Segundo o direito penal, é possível incriminar a simples conduta humana que exponha a perigo bens jurídicos, ainda que não exista vítima determinada e direta.
- B** O direito penal tem os princípios como fontes de integração da lei penal, que devem ser utilizados em caso de omissão legislativa, mas cuja aplicação é vedada para desfavorecer o réu.
- C** De acordo com o direito penal, a aplicação de nova lei, no caso de esta estabelecer nova causa de diminuição de pena e nova causa de aumento para um tipo penal incriminador existente, deve ser afastada a fato ocorrido antes de sua vigência, ainda que em benefício do réu.
- D** Segundo o direito penal, a fato praticado durante a vigência de lei excepcional, quando findo o período de sua duração ou quando cessarem as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica a lei excepcional.
- E** O direito penal estabelece, com fundamento na teoria da atividade, que deve ser analisado todo o desdobramento da ação criminosa para se estabelecer o local do delito.

QUESTÃO 47

Segundo a teoria relativa especial negativa,

- A** a pena, além de infundir na consciência geral a necessidade de respeito a determinados valores, exercita a fidelidade ao direito e promove a integração social.
- B** a reprimenda penal tem a finalidade de ressocializar o apenado e atender a uma função social.
- C** a pena deve punir o infrator, por meio de vingança do mal causado; essa teoria não é admitida pelo ordenamento jurídico pátrio.
- D** a pena possui um viés retributivo do mal praticado, e não uma função preventiva da reprimenda.
- E** a pena tem finalidade social, com aplicação de medidas restritivas de direitos do apenado, de forma a neutralizá-lo.

QUESTÃO 48

Acerca das regras de territorialidade e de extraterritorialidade da lei penal, assinale a opção correta.

- A** Crime de genocídio praticado fora do território brasileiro poderá ser julgado no Brasil quando cometido contra povo alienígena por estrangeiro domiciliado no Brasil.
- B** O brasileiro que praticar crime em território estrangeiro poderá ser punido, devendo ser aplicada ao fato a lei penal brasileira, ainda que o agente não mais ingresse no Brasil.
- C** Crime contra a administração pública nacional praticado no exterior ficará sujeito à lei brasileira quando o agente criminoso que estava a serviço da administração regressar ao Brasil.
- D** Crime praticado em embarcação de propriedade de governo estrangeiro, quando se encontrar em mar territorial brasileiro, ficará sujeito à lei penal brasileira.
- E** Crime praticado em aeronave brasileira de propriedade privada em território estrangeiro não se sujeita à lei penal brasileira, mesmo que não seja julgado no exterior.

QUESTÃO 49

Considerando a relação causal entre conduta e resultado típico, assinale a opção correta.

- A** A concausa preexistente absolutamente independente reforça o nexos entre a ação do agente e o resultado, não retirando a consumação do crime praticado pelo ofensor.
- B** A causa superveniente relativamente independente não exclui a imputação do fato ao agente, ainda que tenha produzido o resultado por si só.
- C** A teoria da imputação objetiva prevê que não haverá nexos de causalidade se o agente atuar dentro do risco permitido, mesmo que a sua conduta gere resultado previsto em lei como crime.
- D** A causa preexistente relativamente independente à conduta do agente não configura o nexos causal da ação do sujeito ativo e, por isso, exclui a imputação do resultado.
- E** A teoria naturalística, adotada em caso de omissão, dispõe que não há relevância causal entre a conduta omissiva do garantidor e o resultado material ocorrido quando ele poderia e deveria agir.

QUESTÃO 50

Em relação às comunicações e aos prazos no processo penal, assinale a opção correta.

- A** Após citação pessoal do acusado, o prazo para as providências atinentes à defesa será contado a partir da juntada do mandado de citação aos autos.
- B** Os prazos do Ministério Público são contados a partir da entrega do processo em setor administrativo do órgão, bastando que a carga seja formalizada pelo servidor competente.
- C** A intimação do defensor constituído pelo réu acerca de sentença condenatória deverá ocorrer pessoalmente, sendo contado o prazo recursal a partir desse ato intimatório.
- D** A intimação pessoal feita pelo escrivão no momento da audiência não dispensará a publicação do ato judicial no órgão oficial de publicidade.
- E** Ainda que a defesa seja intimada da expedição da carta precatória que trate de oitiva de testemunhas a ser realizada em outra comarca, será obrigatória a intimação do advogado constituído para conhecimento da data da audiência.

QUESTÃO 51

Considerando as disposições processuais penais, a doutrina e a jurisprudência acerca da aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas e dos sujeitos processuais, assinale a opção correta.

- A Caso um deputado federal seja denunciado ao STF por crime inafiançável praticado antes de sua diplomação, a Câmara dos Deputados poderá, instada por partido político com representatividade nessa casa, determinar a sustação do andamento do processo enquanto durar o mandato eletivo desse parlamentar.
- B A norma processual material mais benéfica ao acusado, mesmo depois de revogada, continuará a regular os fatos ocorridos durante a sua vigência.
- C No caso de morte do ofendido no decorrer da ação penal privada, poderá sua companheira em união estável sucedê-lo processualmente até o final do processo.
- D O impedimento ou a suspeição do juiz em decorrência de parentesco por afinidade cessarão com o fim do casamento que lhes tiver dado causa, seja por divórcio, separação judicial, anulação ou morte, salvo se tiverem sido deixados descendentes.
- E Quanto à ação penal pública, o assistente da acusação poderá intervir no procedimento desde a fase de inquérito policial e enquanto não transitar em julgado a sentença.

QUESTÃO 52

É cabível a interposição de recurso em sentido estrito contra despacho, decisão ou sentença que

- I denegar *habeas corpus* na segunda instância.
- II julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- III receber denúncia ou queixa-crime.
- IV cassar fiança em razão de nova classificação jurídica do delito.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 53

Em relação aos recursos no processo penal, assinale a opção correta.

- A No caso de recurso exclusivo da defesa em crime de ação pública, é cabível, em segundo grau de jurisdição, a *mutatio libelli*, que implicará o aditamento da denúncia.
- B A regra da voluntariedade dos recursos não é aplicável aos casos em que couber apelação de sentença condenatória quando o réu tiver sido defendido por defensor dativo no processo.
- C Em procedimento de tribunal do júri, caso o Ministério Público não interponha recurso de apelação contra a sentença, o próprio ofendido poderá impugnar a decisão, desde que o faça no prazo legal e esteja devidamente habilitado nos autos como assistente de acusação.
- D Interposto recurso da defesa e da acusação contra sentença condenatória, e entendendo o tribunal *ad quem* pela nulidade do processo desde o seu início por incompetência do juízo que tiver prolatado a sentença, não caberá ao juiz competente impor ao réu uma nova sentença mais gravosa.
- E No caso de decisão condenatória cujos fundamentos admitam, simultaneamente, a apelação e o recurso em sentido estrito, a defesa deverá optar por aviar somente a primeira, ainda que seja cabível o segundo em ponto específico da decisão.

QUESTÃO 54

De acordo com a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, transitada em julgado a sentença penal condenatória ou absolutória imprópria e iniciada a fase da execução penal,

- A o condenado deverá ser citado no processo de execução da pena se tiver sido condenado a pena privativa de liberdade.
- B o processo de execução deverá desenvolver-se mediante provocação da parte, sendo vedado o provimento por impulso oficial do juízo da execução.
- C será facultada ao ofendido ou aos seus sucessores a participação nas fases jurisdicionais do procedimento executório mediante habilitação nos autos.
- D competirá ao juízo estadual de execução penal a execução das penas impostas aos sentenciados pela justiça militar quando estes forem recolhidos em estabelecimentos prisionais estaduais.
- E poderá o juízo da execução dar início ao processo de execução forçada da sanção pecuniária se a pena aplicada for exclusivamente de multa e o condenado não efetuar o pagamento no prazo legal.

QUESTÃO 55

Francisco, por estar em lugar incerto e não sabido, após ser denunciado pelo Ministério Público, foi citado por edital. No referido processo criminal, atribui-se a ele a prática de um crime doloso, cuja pena máxima é de quatro anos de reclusão.

Considerando essa situação e o entendimento jurisprudencial e doutrinário, assinale a opção correta.

- A** Caso Francisco constitua defensor, ficarão suspensos o processo e o prazo prescricional.
- B** De acordo com o entendimento do STJ, a suspensão do prazo prescricional não poderá ultrapassar quatro anos, que é a pena máxima do delito em razão do qual Francisco foi denunciado.
- C** O juiz poderá, fundamentadamente, determinar a produção antecipada de provas, mesmo sem a presença do réu.
- D** Se Francisco estiver preso na mesma unidade da Federação, a citação por edital realizada continuará válida.
- E** Se for levada aos autos a informação de que Francisco está em país estrangeiro, o juiz determinará a citação por carta rogatória, sendo reestabelecida a fluência do prazo prescricional a partir da expedição da ordem.

QUESTÃO 56

Em relação aos procedimentos comum e especial, julgue os itens a seguir.

- I** As hipóteses de absolvição sumária previstas para o procedimento ordinário e sumário são aplicáveis a todos os processos penais desenvolvidos em primeiro grau de jurisdição, ainda que estes não sejam regulados pelo Código de Processo Penal.
- II** No procedimento comum ordinário, o juiz, logo após o recebimento da denúncia, determinará a citação do réu para comparecer à audiência de instrução do feito.
- III** No procedimento sumaríssimo, oferecida a denúncia e não sendo encontrado o autor do fato para ser citado, o juiz encaminhará o feito ao juízo comum, devendo, então, ser observado o rito sumário.
- IV** O procedimento comum sumário é cabível quando a ação penal tiver por objeto crime cuja pena máxima privativa de liberdade seja igual ou inferior a quatro anos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 57

De acordo com a doutrina, a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, em relação às regras aplicadas à prisão temporária.

- A** O magistrado não poderá determinar de ofício a prorrogação do prazo da prisão temporária, ainda que comprovada pela autoridade judiciária a necessidade da referida medida.
- B** A lei de regência prevê a legitimidade do ofendido para requerer a prisão temporária no curso das investigações policiais em que se apure crime de ação penal privada.
- C** A eventual ilegalidade de decreto que tenha determinado a prisão temporária torna nulas as provas derivadas da segregação.
- D** A prisão temporária poderá ser convertida, após a sua decretação, em medida cautelar menos gravosa, a exemplo da liberdade provisória, com ou sem fiança.
- E** Estando em curso a prisão temporária do indiciado, o juiz deverá aguardar o termo final da custódia para o recebimento da denúncia, caso oferecida pelo Ministério Público.

QUESTÃO 58

A respeito de patente, assinale a opção correta, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

- A** A declaração de nulidade de uma patente produzirá efeitos a partir da data do requerimento do processo administrativo de nulidade, que pode ser instaurado por qualquer pessoa com legítimo interesse.
- B** O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) não possuirá legitimidade para prosseguir no processo de caducidade instaurado a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse caso o requerente desista do processo.
- C** A patente vigorará pelo prazo da concessão, contado a partir da data do depósito, que pode ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- D** A patente ou o pedido de patente, apesar de terem conteúdo indivisível, poderão ser cedidos, total ou parcialmente.
- E** A averbação, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de contrato de licença para exploração produzirá efeitos em relação a terceiros a partir da data da assinatura do contrato.

QUESTÃO 59

Uma sociedade empresária realizou pedido de recuperação judicial. O pedido foi processado e deferido pelo juízo competente, e, no mesmo ato, foram ordenadas algumas providências.

Nessa situação hipotética, no decorrer do processo de recuperação judicial, o magistrado poderá

- A** prorrogar, em situações excepcionais, o prazo de cento e oitenta dias previsto na lei que dispõe sobre recuperação judicial caso o retardamento do feito não possa ser imputado ao devedor.
- B** ordenar a suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções, que se estende até mesmo aos coobrigados do devedor.
- C** ordenar o cancelamento da negativação do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito e em tabelionatos de protestos, em razão do processamento do feito.
- D** extinguir o processo no caso de pedido de desistência do devedor, independentemente de aprovação desse pedido na assembleia geral de credores.
- E** dispensar a sociedade recuperanda da apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial.

QUESTÃO 60

À luz da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta, a respeito da alienação fiduciária.

- A** O devedor poderá purgar somente a mora e requerer a continuidade do contrato de financiamento de veículo com alienação fiduciária em garantia mesmo após o prazo legal de execução, a fim de obter a restituição do bem.
- B** A proteção da impenhorabilidade de bem de família legal não constituirá direito do devedor fiduciante sobre imóvel que seja objeto de contrato de alienação fiduciária.
- C** No âmbito do contrato de alienação fiduciária, a lei não confere ao devedor o interesse de agir para ajuizar ação de prestação de contas quanto aos valores auferidos em leilão extrajudicial do seu veículo apreendido em busca e apreensão.
- D** É viável a aplicação da teoria do adimplemento substancial em contratos de financiamento de veículo com alienação fiduciária em garantia.
- E** A responsabilidade do fiduciário pelo adimplemento das despesas condominiais é cabível a partir da data em que o fiduciário vier a ser imitado na posse direta do bem imóvel.

QUESTÃO 61

Uma duplicata mercantil no valor de vinte mil reais, cuja devedora é uma empresa de pequeno porte, foi protestada por falta de pagamento.

Nessa situação hipotética, a respeito do protesto do título,

- A** incidirão sobre os emolumentos do tabelião acréscimos a título de taxas e custas quando do pagamento do serviço.
- B** não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário para o pagamento do título em cartório.
- C** quando do cancelamento do registro de protesto, será exigida a declaração de anuência do credor.
- D** se o pagamento do título em cartório for realizado por meio de cheque, a baixa do protesto será imediata, cabendo novo apontamento caso não haja liquidação.
- E** se o pagamento do título em cartório ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, o devedor perderá todos os benefícios para o cancelamento do apontamento após a lavratura e o registro do protesto.

QUESTÃO 62

De acordo com a legislação pertinente, compete privativamente à assembleia geral das sociedades anônimas

- A** deliberar sobre a emissão de ações.
- B** manifestar-se a respeito das contas da diretoria.
- C** autorizar a emissão de partes beneficiárias.
- D** examinar as demonstrações financeiras do exercício social.
- E** denunciar fraudes que sejam descobertas.

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta, de acordo com o disposto na legislação relativa a títulos de crédito rural.

- A** Entre as modalidades de títulos, somente a cédula de crédito rural poderá ser descontada no Banco Central, conforme regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
- B** Apenas imóveis rurais podem ser objeto de hipoteca, em razão da especificidade da natureza da cédula rural hipotecária.
- C** A duplicata rural e a nota promissória rural gozam de privilégio geral sobre bens elencados nessa modalidade no Código Civil.
- D** Para que tenham eficácia em relação a terceiros, as cédulas de crédito rural deverão ser registradas junto ao cartório de títulos e documentos.
- E** Poderá ser aplicada à duplicata rural a regra do aval, dispensando-se o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.

QUESTÃO 64

De acordo com a Lei n.º 8.935/1994 — Lei dos Cartórios —, compete ao notário intervir em atos e negócios jurídicos

- A** quando as partes precisarem dar conteúdo ao ato ou ao negócio.
- B** quando as partes desejarem dar conteúdo ao ato ou ao negócio.
- C** para redigir instrumentos públicos e privados adequados.
- D** para levar a termos todos os atos, o que, necessariamente, deve ocorrer por escritura.
- E** para expedir cópias fidedignas de seu conteúdo.

QUESTÃO 65

De acordo com a Lei de Registros Públicos, é viável que

- A** o registro civil de pessoas naturais seja efetuado em cartórios de registro de títulos e documentos.
- B** o registro civil de pessoas jurídicas seja efetuado em cartórios de registro de títulos e documentos.
- C** o registro de títulos seja efetuado em cartórios de registro de imóveis.
- D** o registro de documentos seja efetuado em cartórios de registro de imóveis.
- E** o registro de imóveis seja efetuado em cartórios de registro de títulos e documentos.

QUESTÃO 66

De acordo com a jurisprudência do STF, a delegação para o exercício da atividade notarial e registral depende de prévia

- A** habilitação.
- B** concessão.
- C** permissão.
- D** autorização.
- E** licitação.

QUESTÃO 67

Apesar de o STF ter determinado a obrigatoriedade de concurso público para designar delegatários para preencher serventias vagas, diversas serventias mantiveram-se temporariamente preenchidas por delegatários não concursados, em razão de medidas liminares. Diante disso, o STF decidiu validar os atos notariais praticados nesse período por esses delegatários não concursados, invocando expressamente o princípio ou a tese da

- A continuidade do serviço público.
- B celeridade dos atos jurídicos.
- C legalidade.
- D eficácia plena dos atos jurídicos.
- E norma jurídica ainda constitucional.

QUESTÃO 68

A lei que isenta as pessoas reconhecidamente pobres do pagamento dos emolumentos devidos para a expedição de registro civil de nascimento foi declarada constitucional pelo Poder Judiciário com fundamento

- A no princípio da progressividade tributária.
- B no fato de que a atividade notarial decorre de uma delegação.
- C no fato de os serviços de natureza notarial atenderem a um regime de direito público.
- D na aplicação do princípio da proporcionalidade.
- E na função social da norma jurídica.

QUESTÃO 69

De acordo com a legislação pertinente e com a jurisprudência pátria, na hipótese de um escrevente praticar, na serventia na qual trabalha e no exercício de suas funções, crime doloso que cause lesão a terceiro, deverá(ão) ser responsabilizado(s),

- A civilmente, o tabelião, sem direito de regresso contra o escrevente.
- B civilmente, o Estado, com direito de regresso contra o tabelião.
- C criminalmente, o tabelião, mas não o escrevente.
- D criminalmente, tanto o tabelião quanto o escrevente.
- E civilmente, o Estado, com direito de regresso contra o escrevente.

QUESTÃO 70

Conforme a Lei de Registros Públicos, o oficial do registro que, motivadamente, duvidar da existência da criança cujo nascimento tenha sido declarado pelos pais dentro do prazo, poderá

- A encaminhar a dúvida ao juízo competente.
- B ir à residência do suposto recém-nascido para confirmar a sua existência.
- C dar conhecimento da dúvida ao Ministério Público local a quem compete investigar o caso.
- D convocar o administrador do hospital onde nasceu a criança para firmar declaração na serventia.
- E dar conhecimento da dúvida ao conselho tutelar local para as devidas providências.

QUESTÃO 71

Uma gestante, pretendendo entregar para adoção o seu filho que vai nascer, dirigiu-se ao cartório de registro civil.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a gestante deverá ser encaminhada para

- A o Ministério Público local.
- B a justiça da infância e da juventude local.
- C assistente social cadastrado na serventia.
- D o conselho tutelar local.
- E o conselho de direitos da criança e do adolescente local.

QUESTÃO 72

De acordo com a Lei de Registros Públicos, o estado de pobreza para fins de emissão da segunda via de certidão de casamento será comprovado por

- A declaração do próprio interessado.
- B decisão judicial que assegure a gratuidade de justiça.
- C declaração de isento da receita federal.
- D carteira de trabalho que demonstre os proventos do interessado.
- E comprovação oficial de desempregado por mais de três meses.

QUESTÃO 73

De acordo com a Lei de Registros Públicos, caso seja injusta a recusa do oficial do registro civil em efetuar o registro de nascimento, o juiz, além de ordenar a prática do ato em determinado prazo legal, poderá aplicar a penalidade de

- A prisão de trinta dias.
- B suspensão temporária por até noventa dias.
- C multa.
- D advertência escrita.
- E repreensão verbal, se não houver prática anterior análoga.

QUESTÃO 74

Na hipótese de existência de razão de urgência para a realização do casamento, o pedido de dispensa dos proclamas poderá ser feito pelos contraentes, por meio de petição, que será dirigida

- A ao oficial de registro, que irá deferir o pedido se houver prova irrefutável da urgência e se o fato alegado não constituir crime.
- B ao oficial de registro, se houver quatro testemunhas capazes e idôneas para atestar o fato alegado como razão de urgência.
- C ao oficial do registro, que verificará a plausibilidade das provas apresentadas e encaminhará o pedido ao juiz competente.
- D ao juiz competente, que dispensará a oitiva do Ministério Público somente quando o fato alegado não configurar crime.
- E ao juiz competente, indicando as razões de urgência e juntando ou indicando provas do fato alegado.

QUESTÃO 75

A lavratura do assento do óbito, quando não tiver sido feita antes do enterro, e ausentes o atestado do médico ou o de duas pessoas qualificadas, poderá ser feita

- A por autorização judicial, quando a morte não decorrer de crime.
- B por autorização do Ministério Público, quando a morte decorrer de crime.
- C após reconhecimento judicial da impossibilidade de o oficial ter promovido o registro a tempo.
- D pela pessoa declarante, acompanhada de duas testemunhas que assistiram ao falecimento ou ao funeral e que atestem a identidade do falecido.
- E pelo juiz, que emitirá declaração acerca da identidade do cadáver, posteriormente à oitiva do Ministério Público.

QUESTÃO 76

Pedro, tabelião, realizou, em sua serventia, um ato notarial que causou danos a terceiro e, por isso, foi condenado.

Acerca da responsabilidade civil e criminal do tabelião, assinale a opção correta.

- A A responsabilidade criminal de Pedro, caso seja verificada, será estendida aos notários e aos oficiais de registro que prestem serviços na mesma serventia.
- B Prescreve em cinco anos a pretensão de reparação civil em desfavor de Pedro, contado o prazo a partir da data de lavratura do ato registral ou notarial.
- C A responsabilidade civil de Pedro estará configurada se for verificado que ele agiu com dolo, mas não com culpa.
- D A responsabilidade civil de Pedro é personalíssima, razão pela qual ele não responderá por ato realizado por substituto que tiver designado.
- E A responsabilidade criminal de Pedro deverá ser apurada em juízo próprio e não decorre automaticamente de condenação na esfera cível.

QUESTÃO 77

De acordo com a Lei n.º 8.935/1994, é ato de competência exclusiva do tabelião de notas

- A lavrar atas notariais.
- B formalizar juridicamente a vontade das partes.
- C averbar o cancelamento de protesto.
- D registrar nascimentos.
- E autenticar livros empresariais.

QUESTÃO 78

A respeito do ato de autenticação de documentos, assinale a opção correta.

- A Cópia fotográfica de documento, conferida por tabelião de notas, valerá como prova de declaração da vontade, não cabendo impugnação quanto à sua autenticidade.
- B Não se admite a autenticação de cópias que não retratem o original, em razão da finalidade desse ato notarial.
- C É possível autenticar a cópia de uma cópia de um documento, desde que esta última tenha sido autenticada previamente pela mesma serventia.
- D É exigida a tradução de documento redigido em língua estrangeira para a autenticação de cópia desse documento.
- E Cópia de documento rasurado poderá ser autenticada pela serventia, caso a parte danificada não prejudique a legibilidade das informações.

QUESTÃO 79

Com relação à declaração e ao reconhecimento de união estável bem como ao reconhecimento de filhos, assinale a opção correta.

- A A escritura pública declaratória de união estável possui presunção absoluta de veracidade.
- B A lavratura de escritura pública por declaração unilateral de existência ou dissolução de união estável faz prova tanto da declaração quanto do fato declarado.
- C O tabelião deverá, em cinco dias, comunicar ao registro civil a lavratura de escritura de reconhecimento de filiação para que sejam realizadas as averbações necessárias no assento de nascimento.
- D O reconhecimento de filhos havidos fora do casamento, por meio de escritura pública ou por decisão judicial, é revogável.
- E O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento por meio de testamento público é revogável, visto que a revogabilidade é uma característica do instrumento testamentário.

QUESTÃO 80

Paulo outorgou poderes, por meio de procuração feita por escritura pública, a Marcos, para ser por este representado na venda a terceiros de seu imóvel, que vale cem salários mínimos.

Nesse caso, é correto afirmar que

- A a descrição do bem a ser alienado deverá constar da lavratura da procuração.
- B a outorga do poder de alienar o bem imóvel abrange o poder de hipotecá-lo.
- C a referida procuração teria a mesma validade caso fosse celebrada por instrumento particular.
- D a natureza da espécie contratual impede que Paulo vede o subestabelecimento.
- E caso o imóvel seja vendido por valor superior ao esperado por Paulo, Marcos poderá reter a diferença.

QUESTÃO 81

Ana pretende dispor de seu patrimônio por meio de testamento.

Nesse caso, é correto afirmar que

- A o testamento, seja ele público ou cerrado, terá conteúdo público.
- B o testamento cerrado deverá ser aprovado pelo tabelião de notas antes de ser cerrado.
- C o auto de aprovação pelo tabelião deverá ser lavrado quando for realizado testamento público.
- D o testamento será lavrado pelo tabelião, que, posteriormente, deverá comunicar o ato somente ao registro central de testamentos *online*.
- E é viável que o patrimônio de Ana seja disponibilizado por meio de testamento cerrado ainda que ela seja analfabeta.

QUESTÃO 82

Se a dívida relativa ao título levado a registro estiver sujeita a correção monetária, o pagamento será feito pela conversão em vigor no dia

- A da apresentação.
- B do registro.
- C da intimação do devedor.
- D da juntada da intimação do devedor.
- E da distribuição.

QUESTÃO 83

Em decorrência de processo administrativo que apura ato irregular praticado no exercício da função, o titular de ofício de tabelionato de protesto de títulos foi afastado da função.

Nessa situação,

- A** a renda líquida da serventia será integralmente depositada em conta específica por noventa dias.
- B** o titular fará jus à metade da renda líquida da serventia durante o período de afastamento.
- C** o titular fará jus a um terço da renda líquida da serventia durante o prazo prorrogável de noventa dias.
- D** o titular continuará fazendo jus ao total da renda líquida da serventia até decisão judicial em contrário.
- E** o titular fará jus a dois terços da renda líquida da serventia, devendo o restante ser depositado em conta bancária especial.

QUESTÃO 84

Protocolado um título para protesto no dia 19/3/2019, terça-feira, o registro será feito até o dia

- A** 25/3/2019.
- B** 27/3/2019.
- C** 22/3/2019.
- D** 29/3/2019.
- E** 3/4/2019.

QUESTÃO 85

Considerando o entendimento do STJ, julgue os itens a seguir, a respeito de protesto de título representativo de dívida pecuniária.

- I Salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação de dívida relativa a título protestado, providenciar o cancelamento do protesto.
- II O documento hábil a protesto extrajudicial é aquele que caracteriza prova escrita de obrigação pecuniária líquida, certa e exigível.
- III A sustação de protesto de título, por representar restrição a direito do credor, exige prévio oferecimento de contracautela, no valor fixado em regulamento legal.
- IV Como exceção à regra geral, em razão da natureza do débito, o protesto de cédula de crédito bancário garantida por alienação fiduciária deverá ser realizado no tabelionato em que se situar a praça de pagamento indicada no título.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 86

Considere que, protocolizado o documento representativo da dívida, o valor a ser pago não tenha sido consignado na intimação do devedor. Nesse caso, o ato será considerado

- A** válido, mesmo que não haja a indicação do nome completo e da qualificação do devedor, e a certeza do recebimento.
- B** válido, porquanto o protesto se presta tão somente à prova da inadimplência.
- C** válido, já que o valor não é elemento indispensável ao conhecimento do protesto.
- D** viciado se não identificados, também, o número do protocolo e a qualificação completa do devedor.
- E** viciado, porquanto a legislação determina a indicação do valor a ser pago pelo devedor.

QUESTÃO 87

A cédula de crédito imobiliário pode ser

- A** integral ou fracionária, devendo ser emitida com garantia real ou fidejussória e somente sob a forma de cártula.
- B** integral ou fracionária, podendo ser emitida com ou sem garantia real ou fidejussória, sob a forma escritural ou cartular.
- C** emitida com ou sem garantia real ou fidejussória, devendo a forma escritural ser utilizada apenas nos casos em que exista garantia real, vedada a sua emissão de forma fracionária.
- D** emitida com ou sem garantia real ou fidejussória, sendo obrigatório que a cédula fracionária tenha a forma escritural.
- E** escritural ou cartular, vedada a emissão de forma fracionária, devendo a forma escritural ser utilizada apenas nos casos em que exista garantia real ou fidejussória.

QUESTÃO 88

De acordo com a Lei de Registros Públicos, quanto a registro de imóveis, os contratos de penhor rural devem ser

- A** registrados no livro de registro auxiliar.
- B** averbados no livro de registro auxiliar e registrados no indicador real.
- C** registrados no livro de registro geral.
- D** averbados no livro de registro geral.
- E** averbados no livro de indicador real e assentados no registro geral.

QUESTÃO 89

Em se tratando de procedimento de alteração de divisas entre imóveis contíguos por meio de escritura pública, não sendo o caso de procedimento de retificação, o condomínio geral não constituído como condomínio edilício será representado

- A** pelo síndico, apenas.
- B** pelo síndico ou por comissão de representantes.
- C** por qualquer dos condôminos.
- D** por comissão especialmente designada em assembleia geral, ordinária ou extraordinária.
- E** por quem estiver previsto na convenção condominial.

QUESTÃO 90

À luz da Lei n.º 8.935/1994, a perda de delegação do oficial de registro de imóveis

- A** ocorrerá nos casos de morte, invalidez ou renúncia.
- B** poderá decorrer de sentença judicial transitada em julgado.
- C** poderá decorrer da extinção da delegação por meio de processo administrativo instaurado pelo juízo competente.
- D** ocorrerá somente na hipótese de imposição dessa penalidade pelo juízo competente.
- E** poderá ser decretada de forma preventiva para a apuração de faltas imputadas.

QUESTÃO 91

Os terrenos de marinha são bens imóveis

- A** privados e estão sujeitos à servidão administrativa referente ao pagamento do foro e do laudêmio.
- B** privados sujeitos à enfiteuse e seu domínio útil pertence à União.
- C** dominicais da União sujeitos ao regime da anticrese, e seu domínio útil pertence à União.
- D** da União sujeitos ao regime da anticrese, sujeitando o foreiro ao pagamento do foro e do laudêmio.
- E** da União sujeitos ao regime da enfiteuse e seu domínio útil pertence ao foreiro.

QUESTÃO 92

O construtor de uma incorporação imobiliária, tendo assumido a função de incorporador, firmou termo solicitando que a referida incorporação se submetesse ao regime de afetação. No momento da solicitação da averbação, o oficial de registro verificou a existência de ônus reais sobre o terreno objeto do empreendimento, constituídos para garantir o pagamento do preço de sua aquisição.

Nesse caso, o oficial de registro deverá

- A** efetuar a averbação, uma vez que a existência de ônus reais constituídos para garantia do pagamento da aquisição do objeto da incorporação não obsta a constituição do patrimônio de afetação.
- B** efetuar a averbação, uma vez que não cabe ao oficial de registro verificar a existência de ônus reais no caso de incorporação imobiliária.
- C** recusar a averbação, uma vez que apenas o proprietário do terreno poderia solicitar sua submissão ao regime da afetação.
- D** recusar a averbação, uma vez que o patrimônio de afetação somente poderá ser constituído sobre bens e direitos livres e desimpedidos de quaisquer ônus.
- E** prenotar a averbação, a qual somente se tornará definitiva após a extinção dos ônus reais constituídos sobre o terreno ou a apresentação de prova da quitação do pagamento da aquisição do imóvel objeto da incorporação.

QUESTÃO 93

Uma sociedade simples deseja instituir uma sucursal em comarca diversa daquela onde está inscrita a sua sede.

Com referência a essa situação, de acordo com o Código Civil, assinale a opção correta.

- A** A sucursal deverá ser inscrita na circunscrição do registro civil de pessoas jurídicas onde se estabelecerá, e sua constituição será averbada no registro da respectiva sede.
- B** A sucursal deverá ser inscrita na circunscrição do registro público de empresas mercantis onde se estabelecerá, e sua constituição será averbada no registro da respectiva sede.
- C** A sucursal deverá ser inscrita no registro civil de pessoas jurídicas onde ocorreu a inscrição originária da sede.
- D** A sociedade simples e a sucursal deverão estar inscritas na mesma circunscrição do registro público de empresas mercantis.
- E** A nova inscrição é desnecessária, em razão da existência de registro da sede da sociedade simples.

QUESTÃO 94

A respeito da matrícula de jornais e empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n.º 6.015/1973.

- A** As empresas de radiodifusão deverão ser matriculadas no registro público de empresas mercantis.
- B** Um documento exigido para a matrícula das empresas de radiodifusão é a declaração de nacionalidade do diretor que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, deve ser brasileiro nato.
- C** A falta de matrícula das declarações legalmente exigidas ensejará multa, judicialmente arbitrada, que determinará, ainda, o prazo para se realizar a devida matrícula no registro civil de pessoas jurídicas.
- D** A omissão de matrícula de qualquer declaração legalmente exigida poderá ser suprida, a qualquer tempo, no registro público de empresas mercantis.
- E** A omissão, na matrícula, do nome e qualificação do diretor ou redator de empresas de rádio difusão e de jornais não é suficiente para considerá-los como clandestinos.

QUESTÃO 95

Será feito no registro de títulos e documento o registro

- A** de penhora de imóveis.
- B** em caráter obrigatório de documentos para fins de conservação.
- C** de hipotecas convencionais.
- D** de sentenças declaratórias de ausência.
- E** de contrato de parceria agrícola.

QUESTÃO 96

No âmbito da serventia de registro de títulos e documentos, o cancelamento de registro de instrumento particular que comprove obrigação convencional

- A** será realizado exclusivamente em decorrência de sentença.
- B** será realizado apenas mediante a entrega de documento autêntico de quitação ou de exoneração do título registrado.
- C** será realizado em decorrência de sentença ou mediante entrega de documento autêntico de quitação ou de exoneração do título registrado.
- D** será realizado mediante simples requerimento, dispensada a instrução com outros documentos.
- E** não poderá ser realizado, tendo em vista que o registro é ato irrevogável e irretroatável.

QUESTÃO 97

A eventual dissolução de uma associação deve ser registrada

- A** em qualquer serventia da circunscrição.
- B** no registro público de empresas mercantis da circunscrição.
- C** no registro de títulos e documentos onde foi inscrito o ato constitutivo da associação.
- D** no registro civil de pessoas jurídicas onde foi inscrito o ato constitutivo da associação.
- E** em qualquer registro civil de pessoas jurídicas.

QUESTÃO 98

Julgue os próximos itens a respeito da realidade atual do Distrito Federal (DF).

- I** O índice de Gini — uma medida de desigualdade econômica que mostra o quão concentrada é a renda de determinada população — indica que a desigualdade de renda no DF é menor que no restante do Brasil.
- II** No DF, a população de mulheres é maior que a população de homens.
- III** Em relação à população do DF, a proporção de pessoas que trabalham na região do Plano Piloto é superior à proporção de pessoas que trabalham na região administrativa onde residem ou em outras regiões administrativas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 99

Acerca de aspectos relacionados ao impacto da tecnologia no mercado de trabalho, julgue os itens que se seguem.

- I** Os impactos da tecnologia no mundo do trabalho não são necessariamente imediatos, mas, a longo prazo, podem implicar no desaparecimento de determinadas profissões.
- II** Projeções sobre o futuro do mercado de trabalho dão destaque às profissões de índole criativa no mercado de trabalho dominado pela tecnologia.
- III** As revoluções tecnológicas demandam capacidade de inovação para estimular a competitividade, aspecto que tem sido explorado por políticas públicas brasileiras que elevaram a posição do Brasil no *ranking* internacional de competitividade.
- IV** Devido aos impactos resultantes da tecnologia no mercado de trabalho, a maioria das escolas brasileiras da rede privada e pública já tem em seus currículos disciplinas relacionadas a programação e robótica.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 100

A respeito das migrações internacionais, julgue os itens a seguir.

- I** A imigração internacional resulta da insatisfação econômica e é também consequência de situações de conflito civil.
- II** Muitas das restrições impostas à imigração resultam do receio do impacto cultural que o recebimento de estrangeiros pode provocar em determinadas culturas, além dos possíveis impactos econômicos e sociais.
- III** Por ser uma questão humanitária, a imigração internacional é tratada no âmbito dos direitos humanos sem gerar grandes controvérsias na política internacional.
- IV** Apesar de não adotar políticas restritivas, o Brasil não é um país de interesse para os imigrantes, sendo os maiores fluxos de imigrantes destinados aos países europeus.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.